

FORMAÇÃO CONTINUADA COMO MEDIAÇÃO PARA INSERIR A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Maria do Socorro Xavier Batista¹

RESUMO

Este texto apresenta uma reflexão sobre contribuição da formação continuada de educadores como instrumento para a implementação da educação do campo em escolas de assentamentos rurais, tendo como referência a experiência desenvolvida em um projeto que envolve ensino, pesquisa e extensão que se realizada em duas escolas de dois assentamentos rurais do município de Mari na Paraíba. O foco da análise num primeiro momento se dá em torno das propostas dos movimentos sociais para a Educação do Campo e para a formação do educador e para as políticas de educação do campo sobre a formação de educadores e, no segundo momento, apresenta-se como vem se dando o processo de formação continuada dos educadores e a introdução da educação do campo no currículo da escola.

Palavras-chave: educação do campo; educação popular; movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

Este texto busca refletir sobre a formação continuada de educadores como instrumento para se inserir a educação do campo em escolas de assentamentos rurais, tendo como referência a experiência desenvolvida em um projeto que envolve ensino, pesquisa e extensão que se efetiva nas escolas dos assentamentos Zumbi dos Palmares e Tiradentes, no município de Mari-Pb e ações educativas

¹ Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. socorroxavier@ce.ufpb.br, socorroxbatista@gmail.com.

junto aos educandos, inspiradas nas Cirandas Infantis do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de lhes proporcionar oportunidades de refletir a realidade que vivem, sobre o movimento, sobre suas culturas, através de atividades lúdicas, artísticas e educativas.² O foco da análise nesse texto recai, num primeiro momento, nas propostas dos movimentos sociais e das políticas de educação do campo sobre a formação de educadores e, no segundo momento, apresenta-se o processo de formação continuada dos educadores.

As Oficinas Pedagógicas são entendidas como práticas educativas que promovem uma integração entre teoria e prática, proporcionam a troca entre os saberes populares, os conhecimentos científicos e as proposições políticas dos movimentos sociais, através da participação ativa e dialógica dos sujeitos envolvidos no processo. A palavra Oficina, apesar de sugerir o desenvolvimento de uma atividade primordialmente prática, a forma como a utilizamos nesse projeto buscou unir ação-reflexão, a partir de estudos, reflexões atividades pedagógicas de uma forma dinâmica, com a atuação de todos os participantes, possibilitando uma reflexão coletiva da práxis pedagógica dos sujeitos da escola na perspectiva de possibilitar a construção do Projeto Político Pedagógico das escolas, tendo em vista as proposições da educação do Campo.

Na visão de Andrade e Moita (2007, p. 1), as oficinas pedagógica é um recurso pedagógico pois,

favorece a articulação entre diferentes níveis do ensino (...) e tipos de saberes (o saber popular e o saber científico transmitido pela escola). Além disso, concorre

2 O projeto intitulado Educação Popular do Campo em Assentamentos de Reforma Agrária objetiva: trabalho e formação docente através de oficinas, o qual tem como objetivos contribuir para a construção do Projeto Político Pedagógico das escolas e para a melhoria do processo ensino-aprendizagem que nelas se efetiva; promover um processo de reflexão sobre a prática escolar envolvendo a ação-reflexão-ação e relacionando os pressupostos da educação popular do campo em uma relação dialógica e interdisciplinar; oportunizar estudos sistemáticos sobre a educação do campo a partir das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do campo e dos documentos produzidos pelos movimentos sociais do campo; refletir com os professores acerca do cotidiano da sala de aula no que se refere aos elementos teórico-metodológicos e da avaliação escolar; discutir a realidade do educando, buscando o desenvolvimento de uma prática escolar embasada nos princípios da Educação Popular, da Educação do Campo (EC) e da interdisciplinaridade; avaliar juntamente com os professores os resultados dos estudos sistemáticos desenvolvidos, bem como a construção e execução deste na organização do trabalho escolar.

para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem e, neste, para a formação e o trabalho docentes. Esse recurso ainda estabelece ou aprimora vínculos interpessoais na própria escola.

As *Cirandas Infantis* no MST nasceram da necessidade de cuidar e educar as crianças de zero a seis anos presentes no movimento, nos acampamentos e assentamentos, mas a utilizamos para designar as ações pedagógicas com as crianças, caracterizadas como designado por Xavier Neto e Silva (2006, p. 3), "momentos e espaços educativos intencionalmente planejados, nos quais as crianças recebem atenção especial e aprendem, em movimento, a ocupar o seu lugar na organização que fazem parte".

Assim, foi desenvolvida uma ação investigativa e uma ação educativa na qual se buscou refletir criticamente a realidade social priorizando a autonomia dos professores proporcionando-lhes vivências de alternativas didáticas, pedagógicas, técnicas instrumentais possibilitando-lhes a construção de suas ações educativas de forma autônoma e de acordo com as proposições da educação do campo. A metodologia adotada se inspirou na idéia de *Círculo de Cultura freireana*, sendo que a discussão se dava em torno de *Temas Geradores*, sugeridos pelos educadores. Num primeiro momento o tema era problematizado, a partir reflexão do cotidiano dos sujeitos, buscando-se sistematizar as dimensões envolventes do problema analisado. Num segundo momento, eram organizados pequenos grupos nos quais se pensavam sugestões para o planejamento de aulas envolvendo a temática, considerando a realidade do assentamento, e, num terceiro novo círculo com todos no qual se socializam as propostas pensadas.

Além disso, nas ações dos projetos foram utilizados outros procedimentos metodológicos: aplicação de questionário de avaliação com as(os) participantes das oficinas, as(os) professoras(es) e gestores das escolas; levantamento bibliográfico com vistas à revisão teórica sobre as temáticas educação do campo, movimentos sociais, formação e ação docente buscando identificar, relacionar, analisar o tema, avaliar, propor e realizar ações junto aos professores das escola com vistas à melhoria da ação docente e à melhoria da educação com a finalidade de contribuir para o Projeto Político Pedagógico na perspectiva da Educação do Campo. Também foi utilizado um

recurso metodológico da excursão didática visando conhecer alguns aspectos importantes como as formas de organização da produção, as reservas ambientais, a cultura, a moradia, as sociabilidades dos camponeses e camponesas residentes nos assentamentos e o estudo das reservas ambientais dos assentamentos.

Para refletir sobre as questões propostas, o texto se estruturou nessa introdução e nos seguintes itens: 2. A Educação do Campo e a formação docente; 3 Formação continuada de educadores para a Educação do Campo e as conclusões.

2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DOCENTE

Neste item, pretende-se apresentar brevemente a concepção de Educação do campo sob o ponto de vista defendido pelos movimentos sociais Por uma Política de Educação do Campo, e, especialmente, pelo MST, e expor as idéias que sustentam a cerca da formação docente.

A Educação do Campo está se constituindo num paradigma de educação que busca se fazer presente nas políticas educacionais. Ele envolve uma concepção e uma prática de educação com fundamentos filosóficos, sociológicos, epistemológicos, pedagógicos e uma proposta curricular que questiona e busca se diferenciar da educação hegemônica. Por sua vez, impõe um modelo oficial de educação que se vem destinando às escolas do meio rural, definidas pelos segmentos hegemônicos, caracterizada pela baixa qualidade, com escolas precárias (muitas não têm água nem energia elétrica), que oferecem somente até o quinto ano, em classes multisseriadas. A Educação do Campo busca proporcionar uma apropriação da educação e da escola pública pela comunidade escolar e do local onde ela se localiza. É um paradigma educativo emancipatório, autônomo, solidário, crítico, cidadão inspirado no pensamento educacional marxista, socialista, na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e nas experiências e na pedagogia do movimento.

Podem-se destacar, das proposições da Educação do Campo, três elementos centrais explicitados no documento da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo: "o vínculo com um projeto alternativo de sociedade voltado para um desenvolvimento sustentável de campo e de país"; a identidade com os sujeitos do campo a quem se destina e que são sujeitos da educação; valorização

da terra como instrumento de vida, de cultura, de produção; valorizar a cultura camponesa, a experiência de vida dos sujeitos do campo. Essa educação não se limita à escola, ela envolve as práticas sociais e políticas que ocorrem em vários espaços coletivos que compreendem a sociabilidade dos sujeitos.

Essa educação originária das experiências dos sujeitos nos movimentos, nos acampamentos, nos assentamentos afirmando a formação humana em todas as suas potencialidades em busca sujeitos que tomem sua história nas mãos e com ela transformem a realidade de opressão a que a força do capital os tem submetido. É, portanto, uma educação que “nasce dos de baixo”, dos setores populares, das classes trabalhadoras e que pretende se tornar uma política que contemple esse segmento da população que ao da história brasileira foi discriminado.

Os intelectuais orgânicos dos movimentos, especialmente dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm buscado refletir as práticas e experiências educativas e sistematizar um corpo de idéias que ajudam a explicitar o conceito de Educação do Campo. Roseli Caldart tem sistematizado uma ampla produção onde explicita as reflexões que tem realizado. Ela tem destacado a centralidade dos fins a que se propõe a educação, pensada e praticada pelos educadores do MST e demais movimentos sociais envolvidos na Articulação Por uma Educação do Campo, que é a formação humana dos sujeitos do campo e suas identidades. Como destaca Caldart (2003, p.62).

Ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro.

O MST tem desenvolvido uma ampla produção teórica e prática de uma educação amparada nos princípios da Educação Popular como pensava e fazia Paulo Freire que entendia que o aprender e o ensinar eram faces indissociáveis de um mesmo processo, o de humanização, que desenvolve os valores da ética, da solidariedade como explicitado no Dossiê MST Escola (2005, p.31).

Uma escola que educa partindo da realidade, onde o professor e o aluno são companheiros e aprendem e ensinam juntos; que organiza oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos, incentivando e fortalecendo os valores do trabalho, da solidariedade, da responsabilidade, do companheirismo.

Uma educação preocupada com o processo de formação que respeita os saberes da experiência, que prioriza os conhecimentos como leitura do mundo, crítica com vistas a uma práxis transformadora deve necessariamente adotar uma concepção de currículo que contemple os saberes e a cultura dos sujeitos da ação educativa, por isso o currículo na educação do campo deve ser centrado na realidade dos educandos, a realidade camponesa, como ponto de partida e base do currículo sendo, portanto, desenvolvido através de temas geradores, assim entendidos pelo MST (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p.55).

Temas geradores são assuntos, questões ou problemas tirados da realidade das crianças e de sua comunidade. Eles permitem direcionar toda a aprendizagem para a construção de um conhecimento concreto e com sentido real para as crianças e a comunidade. São estes temas que vão determinar a escolha dos conteúdos, a metodologia de trabalho em sala de aula, o tipo de avaliação, tudo.

Nessa percepção, os temas da vida cotidiana do espaço vivido pelas crianças e educadores são enriquecidos com os conhecimentos sistematizados como afirma o MST (Dossiê MST Escola, 2005 p.35).

O ensino deve sempre partir da realidade vivida pela criança na escola, no assentamento, no mundo afora. A teoria, os conteúdos já elaborados servem para ajudar a refletir sobre essa realidade. O resultado da reflexão deve ajudar a transformar a realidade e a nossa vida. Deve levar a uma prática concreta.

Essa preocupação com a práxis conduz à priorização de práticas pedagógicas dinâmicas planejadas e executadas pelo coletivo da escola.

Desde o início, o movimento Por uma Educação do Campo tem a uma preocupação com a situação e a formação docente. A II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo (CNEC) entre outras questões definiu aspirações para o trabalho do educador do campo numa proposta que contemple a valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente que priorize os seguintes aspectos:

formação profissional e política de educadores e educadoras do próprio campo, gratuitamente; formação no trabalho que tenha por base a realidade do campo e o projeto político-pedagógico da educação do campo; incentivos profissionais e concurso diferenciado para educadores e educadoras que trabalham nas escolas do campo; definição do perfil profissional do educador e da educadora do campo; garantia do piso salarial profissional nacional e de plano de carreira; formas de organização do trabalho que qualifiquem a atuação dos profissionais da educação do campo; garantia da constituição de redes: de escolas, educadores e educadoras e de organizações sociais de trabalhadoras e trabalhadores do campo, para construção e reconstrução permanente do projeto político-pedagógico das escolas do campo, vinculando essas redes a políticas de formação profissional de educadores e educadoras.

Nas políticas educacionais, nos diagnósticos de avaliação da educação básica e nos programas voltados para a formação docente os discursos oficiais enfatizam uma importância atribuída ao professor na melhoria do ensino, no sucesso e no aprendizado dos alunos. No entanto, as condições de trabalho desses profissionais são cada vez mais deterioradas, especialmente na área rural. Além da baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outras, as questões de sobrecarga de trabalho, classes multisseriadas, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção.

Como vimos, os movimentos sociais incluem em suas reivindicações uma política permanente de valorização que inclui

desde uma formação específica para as/os educadoras e educadores do campo baseada na realidade por elas/es vivida até a garantia de um piso salarial profissional nacional e de plano de carreira. Essa concepção de política de formação/valorização do magistério é fundamental para possibilitar uma educação de qualidade. Nesse sentido, os movimentos têm se empenhado para criação de varias turmas de formação de educadores para as áreas de reforma agrária através do PRONERA, adotando os princípios da Educação do Campo nesses cursos.

Na percepção da Educação do Campo, o educador tem um conceito mais alargado e um campo de atuação muito mais diversificado, como apresenta Roseli Caldart (1997, p. 15):

Construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do campo para atuação em diferentes espaços educativos. E se defendemos uma formação específica é porque entendemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. Há uma nova identidade de educador que precisa ser cultivada, ao mesmo tempo em que há toda uma tradição pedagógica e um acúmulo de conhecimentos sobre a arte de educar que precisa ser recuperada e trabalhada desde esta intencionalidade educativa da Educação do Campo.

Ela ainda completa dizendo que o educador nada mais é do que aquela pessoa que tem em sua prática como trabalho principal, o de fazer e o de pensar a formação humana em vários espaços, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social. Seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos. Desta forma, todos os sujeitos de alguma forma são educadores, sem, no entanto, tirar a especificidade desta tarefa, uma vez que nem todos têm como trabalho principal o de educar as pessoas e o de conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, em suas diferentes gerações.

Molina (2002) apresenta alguns desafios e tarefas dos educadores para possibilitar a consolidação da EC³:

3 Discutidos no Seminário Nacional de Educação de Campo, promovido pela Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, em novembro de 2002, em Brasília.

necessidade permanente de formação, de capacitação, de reflexão, de estudo dos materiais produzidos pela articulação; transformar conhecimento em ação; contribuir para o processo de organização do povo do campo; transformar ação em conhecimento; criar e consolidar um espaço permanente de debate sobre a prática; fortalecer a EC como área própria de conhecimento; fortalecer a EC nos espaços públicos, nos sistemas de ensino estaduais e municipais; inserir a EC nos Planos Estaduais e municipais de educação.

A preocupação dos movimentos com a formação dos educadores do campo foi contemplada na Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo trata da formação docente inicial e continuada para a educação do campo. No artigo 12, que trata do exercício da docência na Educação Básica, em seu parágrafo único determina: “Os sistemas de ensino, de acordo com o artigo 67 da LDB desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes”.

Além disso, no artigo 13, define os princípios e diretrizes que devem nortear a especificidade da formação dos educadores que exercem a docência nas escolas do campo propondo os seguintes componentes:

- I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;
- II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

No âmbito da definição política, pode-se afirmar que houve um avanço na Educação do Campo, no entanto, no âmbito da efetivação

dessa política nas escolas ainda há um amplo caminho para essa perspectiva seja adotada nas escolas.

A articulação, a parceria e o envolvimento da escola com os movimentos sociais e organizações sociais da comunidade onde a escola está inserida é um princípio intrínseco da Educação do Campo; daí a necessidade dos docentes e todo o corpo da escola se inserirem na organização dos movimentos sociais em defesa da concretização de políticas voltadas para a Educação do Campo constituir-se em um desafio e uma atribuição também dos educadores. Uma vez que os movimentos sociais organizados são causadores e motivadores de diversas conquistas em favor dos direitos e da cidadania plena dos oprimidos e excluídos dos bens e riquezas produzidas socialmente.

Nessa perspectiva, a atuação dos profissionais da educação deve promover uma relação mútua e intrínseca entre a Educação do Campo e a ação social dos movimentos, trazendo como objetivos comuns a organização, a mobilização e a conscientização dos sujeitos do campo acerca de suas condições reais de vida e das possibilidades e caminhos para promover a transformação social. Logo, a inter-relação entre movimentos sociais, educação popular do campo e educadores necessita proceder de forma ampla e intensa, fomentando assim, a sistematização da Educação do Campo como instrumento de mudança, de inclusão e de novas sociabilidades nesse espaço. Nesse sentido, é necessário que essa temática esteja presente na formação do educador tanto na formação inicial quanto na continuada.

Essa ação política da escola e do educador comunga com as idéias de Freire (1993, p. 14) que entende a educação como ato político engajado. "Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta". A educação que nasce dos movimentos sociais, alimentada na crença da possibilidade de mudar a história pela ação consciente dos indivíduos apesar da clareza dos limites da educação no processo de transformação se alimenta no projeto de sociedade, enunciador e emancipador que os sujeitos organizados têm e perseguem e uma educação contra-hegemônica, pode ser um elo na cadeia de ações e estratégias necessárias para ver a utopia e sonho se transformar em realidade.

3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES COMO MEDIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Neste item, buscamos apresentar e refletir sobre a experiência de formação continuada com os docentes das escolas dos Assentamentos Zumbi dos Palmares e Tiradentes e as repercussões para as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes das escolas a partir das oficinas.

3.1 AS ESCOLAS NOS ASSENTAMENTOS ZUMBI DOS PALMARES E TIRADENTES

A idéia de desenvolver um trabalho em uma escola de assentamento teve início no ano de 2006, por ocasião de uma entrevista realizada com gestora da Escola Municipal de Educação Infantil e Educação Fundamental Zumbi dos Palmares, no assentamento Zumbi dos Palmares, no Município de Mari, no Estado da Paraíba, donde surgiu a proposição de realizar uma formação continuada com os educadores, com o intuito de contribuir para a elaboração do Projeto político pedagógico da escola. Nesse ano de 2006, foram realizados três encontros mensais denominados de Oficinas Pedagógicas, que envolveram os professores e os alunos, como parte do projeto Política educacional e educação popular do campo nas áreas de reforma agrária: trabalho e formação docente⁴ que atuava integrado ao projeto denominado Movimentos sociais e Educação Popular: por uma política de Educação do Campo.⁵

⁴ Tal projeto buscava refletir sobre os problemas e desafios da educação do campo e da formação de professores, a partir dos seguintes objetivos: explicitar e discutir a relação entre educação popular, movimentos sociais e educação do campo; problematizar o conceito de educação do campo, segundo a concepção dos movimentos sociais do campo; identificar os desafios para a formação de professores para a educação do campo; identificar alguns problemas vivenciados pelas escolas de assentamentos da reforma agrária; e, desenvolver ações que contribuam para a melhoria da educação em uma escola de assentamento.

⁵ Este projeto era apoiado pelo PIBIC/CNPq/UFPB, coordenado pela autora, contava com duas bolsistas e pretendia analisar a influência dos movimentos na definição de políticas e programas de educação destinados às áreas de assentamentos da reforma agrária, destacando as concepções que embasam as propostas de educação do campo defendidas pelos movimentos sociais e o papel da Universidade Federal da Paraíba na implementação do PRONERA no Estado da Paraíba. O estudo buscou analisar dois projetos desenvolvidos pela UFPB em parceria com o PRONERA e a CPT: Curso EJA: Escolarização 1º Segmento (1ª À 4ª Série) e o Curso de Magistério.

Em 2007, o trabalho teve continuidade com a realização de onze Oficinas, totalizando uma carga horária de setenta e duas horas (72h), sendo seis (06) com os profissionais das escolas e cinco (05) com as crianças, cada dia comprometendo oito horas (8h). Por reivindicação dos profissionais das escolas participantes, as oficinas pedagógicas foram transformadas em um Curso de Extensão Formação Continuada de Educadores do Campo através de Oficinas Pedagógicas. Desta feita, o trabalho envolveu os professores, gestores, funcionários e alunos da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, do Assentamento Tiradentes, do mesmo município. Este trabalho teve continuidade no ano de 2008, com a realização de encontros oito encontros.

No transcurso desse trabalho, pudemos perceber as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas escolas em virtude das precariedades referentes à infra-estrutura e pedagógicas que fazem parte do cotidiano de professores e alunos das escolas, as quais funcionam em prédios das antigas fazendas adaptados. Uma delas funciona em duas casas onde salas e quartos foram transformados em sala de aula, secretaria, cozinha e sala de leitura. A outra funciona em um prédio onde antes era um armazém que foi reformado com a construção de paredes para separar e criar as três salas de aulas existentes, uma pequena cozinha, e uma secretaria.

A escola Zumbi dos Palmares foi criada em 2004, logo após a área ter sido conquistada e confirmada com a imissão de posse da terra. Ela vem sofrendo um insistente esvaziamento⁶ com a migração dos seus alunos para as escolas da cidade, fato que ocorre em conseqüência da precariedade da escola e da oferta, por parte da prefeitura do município, de ônibus para transportar os alunos para escolas da cidade. A escola não dispõe de água saneada sendo servida por um caminhão pipa e a água armazenada em caixas d'água de plástico. Faltam dependências cobertas para recreação, não tem uma vegetação no entorno da escola o que deixa as crianças sem espaço para brincadeiras na hora do recreio. Essas dificuldades têm sido reclamadas constantemente pela comunidade, gestora e a funcionária da escola, junto ao poder público de Mari.

⁶ No ano de 2007, teve quarenta e sete (47) alunos matriculados e, em 2008, diminuiu para 31.

Outro aspecto a se destacar é a constante troca de professores, que são oriundos da cidade e que, portanto, não têm identidade com a história e a cultura do assentamento: dois deles contratados em 2007 andaram pela primeira vez no assentamento no dia da excursão pedagógica realizada pelo projeto. Esse desconhecimento vem acompanhado do preconceito gerado no imaginário social do local marcado por uma ideologia que espalha a uma visão de que nas áreas dos assentamentos a população é baderneira e há muita violência, visão que os professores confessaram ter no dia da oficina que discutiu o tema gerador Assentamento.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes tem mais tempo de funcionamento, uma vez que a conquista desse assentamento também é anterior ao ano de Zumbi dos Palmares. O acampamento teve início no dia 11 setembro de 1999 com aproximadamente setenta famílias; a imissão de posse ocorreu em 2002. A escola teve seu embrião ainda no período do acampamento, quando funcionava precariamente, desde então as famílias iniciaram uma luta para que fosse implantada uma escola. O movimento fez várias ações como abaixo-assinado, atos públicos em frente à prefeitura e a ocupação da prefeitura para conseguir conquistar a escola.

No ano de 2008, a escola teve sete turmas e 128 alunos matriculados. O prédio é adaptado de duas antigas casas da fazenda e compõe-se de cinco (05) salas de aulas, três (03) banheiros para alunos e um (01) banheiro para funcionários, uma (01) sala de diretoria, uma (01) sala de professores, uma sala de leitura e uma (01) cozinha com dispensa. As escolas, em 2008, passaram a ser servidas com água de poços artesianos, até então eram servidas de água por um caminhão pipa e a água é armazenada em caixas d'água de plástico. A escola conta com sete professores e situação de escolaridade deles e do gestor é bem variada.⁷

A formação continuada como compreendemos nas Oficinas Pedagógicas relaciona teoria e prática, reflexão sobre os princípios da Educação do campo, sobre as experiências de professores e alunos na realidade do assentamento e sobre a prática dos docentes

⁷ Três têm formação de curso superior em Pedagogia e Letras, dois estão freqüentando cursos de graduação e outros dois têm curso de Magistério de nível médio. O supervisor educacional, além do Curso de Pedagogia tem especialização em gestão educacional e está freqüentando o mestrado em educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

em diversas situações por eles vivenciadas, como vão se constituindo em cidadãos e cidadãs, sujeitos das lutas para conquistar a terra, para sobreviver na terra, para conquistar a educação e escola de qualidade. Essas dimensões da formação são refletidas pelo MST, como ressalta Caldart (1997, p. 15)

Tratar da formação de educadoras e educadores no MST significa compreender os processos através dos quais trabalhadoras/es que atuam em atividades educacionais nos assentamentos e acampamentos de agricultores sem terra passam a se constituir como sujeitos sociais da construção de uma proposta de educação vinculada com as necessidades e os desafios da luta pela reforma agrária e pelas transformações sociais mais amplas em nosso país. Significa também pensar sobre que práticas formativas podem levar as transformações da ação política e pedagógica destas pessoas, de modo que cheguem a esta condição de sujeitos.

A partir de cada encontro as/os professoras/es passaram a experimentar os temas geradores e com isso novas práticas educativas que são relatadas e refletidas inspiradas nas discussões sobre a Educação do Campo. Esse processo de introdução de novas práticas educativas vai promovendo uma reinvenção da escola e das experiências da docência, que vão instituindo uma educação que se dedica a refletir o local, a cultura camponesa. A terra entra no chão da escola, assim como a escola anda na terra nas excursões didáticas, reflete sobre os problemas do assentamento. Nesse sentido, concordamos com Giroux (1997, p.158) quando afirma:

Existe uma necessidade de defender as escolas como instituições essenciais para a manutenção e desenvolvimento de uma democracia crítica, e também para a defesa dos professores como intelectuais transformadores que combinam a reflexão e prática acadêmica a serviço da educação dos estudantes para que sejam cidadãos reflexivos e ativos.

Nessa perspectiva, as escolas envolvidas num processo de educação do campo têm procurado a partir da reflexão lutar para superar os problemas enfrentados no cotidiano.

3.2 INTRODUZINDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES

A partir da experiência das Oficinas Pedagógicas a Escola Tiradentes, no ano de 2008, implantou no processo educativo o currículo por Temas Geradores que foram sugeridos pelos educadores e membros da comunidade que participam da escola a partir de suas necessidades e problemas, avaliados por eles como relevantes de serem problematizados e tendo em vista a necessidade de pensá-los como parte integrante do currículo das escolas. Por isso, a cada tema das oficinas, os professores em seguida trabalhavam em suas turmas com seus alunos. Foram desenvolvidos pelos professores os seguintes Temas Geradores: 1) acampamento e assentamento; 2) meio ambiente, desdobrado em reserva ambiental, solo e lixo; 3) agricultura familiar.

A seguir, apresentamos os temas que foram trabalhados na Escola Tiradentes.

O currículo passou a assumir uma dimensão integrada onde os conteúdos disciplinares eram trabalhados entrelaçados com os saberes dos alunos através de Temas Geradores. Os alunos são instigados investigar e compreender os problemas, a construir seus próprios conhecimentos participando ativamente do processo.

- 1) Acampamento x assentamento. Esse tema foi trabalhado com uma problematização de como havia sido o processo da luta que deu origem ao assentamento e os significados do Assentamento para os alunos surgindo os seguintes aspectos: modo de vida, cultura, produção e conflitos no assentamento. Foram identificadas as diferenças entre a fase de acampamento e a vida no Assentamento, essas situações são diferenciadas e ambas apresentam dinâmicas diferentes. Foram evidenciados: a necessidade de se compreender a história de luta dos assentados, os muitos conflitos que existem entre os assentados que se refletem nas formas de organização entre uma cooperativa e associação, as dificuldades para se trabalhar de forma coletiva.

Foi realizada uma excursão didática com os alunos no local onde foi o acampamento e a partir de relatos de professores e alunos que participaram da luta pela terra foram reconstituídas a memória da história do assentamento sendo retratada pelos alunos em produção

de textos, desenhos e músicas, sendo abordados conteúdos de História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa.

- 2) Meio Ambiente, desdobrando em palavras geradoras: a) reserva do assentamento; uso de queimadas pelos camponeses para preparar a terra para a agricultura; desmatamento com o objetivo de usar a lenha para cozinhar; falta é uma proposta legal para reivindicar recursos objetivando o desenvolvimento do projeto; desmistificar a prática do uso da natureza de forma predatória; b) saúde: remete a qualidade de vida, pois o acesso à saúde é precário; não existe atendimento médico nos assentamentos; higiene; doenças; c) lixo: não existe a coleta de lixo no assentamento; lixo jogado a céu aberto, falta de destino apropriado para lixo; d) agricultura: agrotóxico; falta água para irrigação; monocultura (a maioria planta mais macaxeira e mandioca); e) água: falta água no assentamento, problema de irregularidade das chuvas; as escolas não têm poços, são servidas de água trazida por caminhão pipa.
- 3) Agricultura familiar. Esse tema foi proposto pelos professores na intenção de problematizar e despertar nos alunos o conhecimento e o interesse pela agricultura. O tema teve início com uma mística na qual os alunos apresentavam alguns produtos produzidos no assentamento como a mandioca, o milho, o feijão entre outros. Também foram utilizados símbolos como a bandeira e o hino do MST e outras músicas do movimento. Em seguida, foi apresentado um filme sobre o trabalho na cana-de-açúcar, sendo problematizado comparando as relações de produção no assentamento e antes quando era a Fazenda Gendiroba e em outra usina de álcool próxima do assentamento. Daí em diante foram estabelecidas as diferenças entre agricultura familiar e o agro-negócio.

Os professores desenvolveram várias atividades didáticas como visita aos lotes de plantação de mandioca, visita a uma mandala⁸, resultando em produção de textos, resoluções de problemas envolvendo aspectos da produção da agricultura (como medidas, formas de pesagem dos produtos). Também foi realizada uma

⁸ Mandala é uma modalidade de sistema produção muito utilizada na agricultura familiar, que consiste em canteiros circulares para a plantação de várias culturas consorciadas com espécies companheiras como hortaliças, feijão, arroz e mandioca, tendo ao centro um tanque com água para irrigação, além de proporcionar a criação de peixes, patos e outras espécies. Geralmente, nessa modalidade, utiliza-se adubação orgânica de compostagem ou esterco das propriedades, cobertura morta com palha.

pesquisa com os alunos do 5º e 6º anos fazendo um levantamento de toda a produção de todas as famílias do assentamento.

Além disso, os temas geradores discutidos nos encontros resultaram em ações pedagógicas realizadas pelas professoras e professores e seus alunos voltadas para a realidade social, econômica e política dos alunos:

- 1) Aula de campo de reconhecimento do assentamento, numa perspectiva interdisciplinar que resultou na produção de textos escritos e desenhos descrevendo todos os aspectos (pessoas, animais, plantas, casas) observados no percurso entre a casa e a escola e a relação dos alunos e famílias com o espaço.
- 2) Resgate da memória da história de luta do assentamento através de uma excursão didática à área onde se localizou o acampamento, sendo representado em desenho e em redação pelos alunos.
- 3) Atividade de observação dirigida que buscava fazer um levantamento de plantas e animais existentes no lote de moradia de cada aluno do assentamento, que em seguida foram objeto de estudo e resultou na elaboração de cartazes apresentando sementes que são cultivadas no assentamento. Confecção da bandeira do MST com sementes do local.
- 4) Utilização dos jogos sugeridos nas Oficinas nas aulas de linguagem, matemática, ciências, geografia e história.
- 5) Construção de uma maquete representando o assentamento.
- 6) Trabalho com os símbolos do movimento que resultou na elaboração de bandeiras representando a escola e o assentamento.

Essas atividades foram ressaltadas como aspectos positivos do projeto na avaliação dos professores, porque tornaram as aulas mais dinâmicas e com uma maior participação dos alunos. No questionário de avaliação aplicado com os participantes, se buscou avaliar as atividades desenvolvidas no projeto ao longo do ano de 2007, considerando os seguintes aspectos: conteúdo tratado, a metodologia e desempenho da equipe que ministrou as oficinas pedagógicas. No item referente às repercussões das oficinas nas atividades didáticas desenvolvidas pelos professores com seus alunos em sala de aula, os docentes ressaltaram especialmente a importância de se trabalhar com a realidade dos alunos através de uma metodologia apropriada que desenvolva atividades práticas, como ilustram as falas de duas professoras participantes das oficinas.

Ótimo, antes no meu ponto de vista seria uma metodologia igual a qualquer escola, mas hoje comecei a observar que é diferente, porque tem de trabalhar com a realidade do aluno (P9).⁹

Ótimo, antes eu via a educação do campo muito diferente, atrasada não havia a base estrutural. Depois das oficinas vimos a diferença, a educação se modificou dando melhorias para os alunos (P7).

As opiniões dos docentes sobre a contribuição da Educação para a vida no assentamento apontam para a afirmação da identidade do campo, com os conhecimentos dos que residem no campo, a formação para a vida pessoal, para realizar projetos que melhorem a vida dos assentados.

Pode contribuir com nossos conhecimentos (P5)
Em resgatar a identidade do campo em vida (P6).
Organizando projetos que tragam melhorias para os assentados (P7).

Incentivando as pessoas para a vida e não só para o mundo (P8).

Contribui para a formação pessoal de crianças e adultos que aqui residem (P3).

A educação é vista pelos participantes como instrumento de conhecimento da realidade social por eles vivida, como meio para formação política para a luta pelos direitos, para a formação das pessoas, na formação de cidadãos, no resgate da identidade camponesa, para a formação de projetos que desenvolvam a comunidade, para incentivar a as pessoas para a vida e para o mundo.

Fazendo uma relação direta com a vivência da comunidade, discutindo-a em sala de aula (P1).

A educação pode contribuir para formar pessoas capazes de lutar pelos seus objetivos, com o conhecimento dos seus direitos por lei (P2).

⁹ Os questionários eram anônimos, mas para efeito de organização cada questionário de cada professor foi numerado.

Os professores destacaram como as Oficinas Pedagógicas contribuíram para ampliar a compreensão que eles tinham sobre a Educação do campo.

Ótimo, na verdade antes das oficinas já compreendia um pouco da política da Educação do Campo. Após as oficinas passei a compreendê-la como proposta viável (P1).

Ótimo, antes eu tinha muita dificuldade de trabalhar a educação do campo, pois a gente não tinha muito material didático para trabalhar. Hoje eu já tenho outra visão sobre a educação do campo com estas oficinas (P4).

Ótimo, antes eu via a educação do campo muito diferente, atrasada não havia a base estrutural. Depois das oficinas vimos a diferença, a educação se modificou dando melhorias para os alunos (P7).

As atividades desenvolvidas, pelos docentes com seus alunos, baseadas em Temas Geradores, de forma integrada contemplando todos os conteúdos curriculares das áreas de conhecimento, possibilitaram a efetivação de um currículo integrado, o resgate da história na memória dos que participaram e tornando a história conhecida por aqueles que não vivenciaram esse momento.

Pode-se constatar um avanço no processo de aprendizagem, pois os alunos da escola melhoraram o desempenho na Prova Brasil com a média dobrando de 2,0 em 2006 para 4,2 no ano de 2008.

CONCLUSÕES

A participação neste projeto e as diversas atividades desenvolvidas propiciaram novos conhecimentos, possibilitando o ato de conhecer, analisar, investigar e discutir alguns temas que permeiam a educação do campo. Estes temas estudados colaboram para uma formação profissional qualificada, aprimorando o conhecimento e a prática, ajudando no curso de graduação, e nas produções de textos científicos.

Os temas abordados nas oficinas pedagógicas, trabalhados de maneira interdisciplinar e contextualizada a realidade local, favoreceram discussões com novas idéias, gerando outros olhares,

sobre as problemáticas enfrentadas pela comunidade, percebendo caminhos diferentes, na busca de ações transformadoras.

As oficinas pedagógicas como estratégia de formação continuada possibilita uma metodologia de trabalho organizado coletivamente, tem um sentido de envolver a participação de todos, garantindo a articulação entre o saber popular e o científico na aproximação intrínseca entre a universidade e as escolas e toda a comunidade dos assentamentos rurais.

As oficinas dinamizam a prática do processo de ensino e aprendizagem, estimulando os engajamentos criativos de seus integrantes, sendo este um espaço em que os ideais de transformação e diálogo nas escolas do campo são realidades em permanente construção. Tudo isso, proporciona momentos de releitura dos docentes sobre sua prática educativa, numa compreensão com vinculação ao contexto social vivenciado por estes profissionais que trabalham no campo, no jogo dialético que Freire denomina "leitura do mundo".

ABSTRACT

This paper presents a reflection on contribution of continuing education of educators as a tool for the implementation of the field of education in schools in rural settlements, with reference to the experience gained in a project that involves teaching, research and extension that was conducted in two schools two rural settlements of the city of Mari in Paraíba. The study at first occurs around the proposals of social movements for the Education Field and the training of educators and the education policies of the field on the training of educators, and the second time, presents itself as has been giving the process of continuing education of educators and introducing the field of education in the school curriculum.

Key words: rural education; popular education; social movements.

RESUMEN

Este trabajo presenta una reflexión sobre la contribución de la educación continua de los educadores como una herramienta para la aplicación de la educación de lo campo en las escuelas en los

asentamientos rurales, con referencia a la experiencia adquirida en un proyecto que incluye la enseñanza, investigación y extensión que se llevó a cabo en dos escuelas dos asentamientos rurales de la ciudad de Mari, en Paraíba. El estudio en la primera se produce en torno a las propuestas de los movimientos sociales para el campo de la educación y la formación de los educadores y las políticas educativas en el ámbito de la formación de los educadores, y la segunda, se presenta como ha venido dando el proceso de educación continua de los educadores y la introducción de la educación de lo campo en el currículo escolar.

Palabras clave: educación del campo; educación populaire; movimientos sociales.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Fernando César B; MOITA, Filomena Ma.G. S. Cordeiro. O saber de mão em mão: a oficina pedagógica como dispositivo para a formação docente e a construção do conhecimento na escola pública. Anais 29 Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1671--Int.pdf>

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002 (Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo).

COSTA, Marisa Vorraber. A pesquisa-ação na sala de aula e o processo de significação. In: SILVA, Luiz Heron. *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998

ALDART, Roseli. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis RJ: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003. Disponível em: (online) www.curriculosemfronteiras.org ISSN 1645-1384

TEXTO BASE. *II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo*. Luziânia-Go, 02 a 06 de agosto de 2004. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/documento_geral

Formação continuada como... - Maria do Socorro X. Batista

DECLARAÇÃO FINAL. *II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo*. Luziânia-Go, 02 a 06 de agosto de 2004. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/documento_geral

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais*. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997

MOLINA, Mônica Castagna. 13 Desafios para os Educadores e as Educadoras do Campo. IN: KOLLING, Edgard Jorge (et al) orgs. *Educação do Campo: Identidade e políticas Públicas*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n°. 04.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Dossiê MST escola*. Documentos e Estudos 1990 – 2001. ITERRA, 2005

XAVIER NETO, Lauro Pires; SILVA, Creusa Ribeiro da. *As cirandas em movimento: possibilidades da prática político-pedagógica na Educação Infantil do MST*. IV Seminário Educação e movimentos sociais. Educação, movimentos sociais e democracia no Brasil. Desafios e perspectivas. Anais João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2006. CD ROOM. ISSN 1980 7066.

Recebido em 30/3/2009

Aprovado em 24/4/2009